

SEMINA

Revista dos Pós-Graduandos em História - UPF

Artigos Livres

Volume 21 | Número 3 | Ano/período: setembro/dezembro 2022

Edição eletrônica

DOI: 10.5335/srph.v21i3.14192

ISSN: 2763-8804

O sistema de ensino aprende Brasil:

a experiência da reforma empresarial da educação em São José do Ouro em 2021

Vanderlise Ines Prigol REGINATO¹  

DOAJ
DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

OPEN  ACCESS

Referência

REGINATO, Vanderlise Ines Prigol. O sistema de ensino aprende Brasil: a experiência da reforma empresarial da educação em São José do Ouro em 2021. 08-37. **Revista Semina**, Passo Fundo, vol. 21, n. 3, p. 9-33, set/dez 2022.

Recebido em: 10/08/2022 | Aprovado em: 05/12/2022 | Publicado em: 22/12/2022

¹Mestranda do Curso de História da Universidade de Passo Fundo; Bolsista FUPF.

O sistema de ensino aprende Brasil:

a experiência da reforma empresarial da educação em São José do Ouro em 2021

Resumo:

Este trabalho apresenta como tema central o Sistema de Ensino Aprende Brasil, o currículo e o ensino de História da Rede Municipal de Ensino de São José do Ouro em 2021 e, como objetivo geral, a discussão sobre como se deu a inserção do Grupo Positivo e do Sistema de Ensino Aprende Brasil no município de São José do Ouro em 2021. Para isso, buscou traçar um panorama de como se constitui historicamente a educação do município após a emancipação política e administrativa em 1960, contextualizando a entrada dos grupos privados no cenário educacional brasileiro para, posteriormente, analisar a inserção do Sistema de Ensino Aprende Brasil na Rede Municipal de Ensino de São José do Ouro. A pesquisa baseia-se nas categorias de Estado, hegemonia, sistema de ensino, políticas públicas, relação público/privado e currículo. A partir das categorias citadas, estabeleceram-se os eixos de análise da pesquisa, que são: o contexto neoliberal que dá abertura ao processo de mercantilização da educação; a atuação do Grupo Positivo no Brasil; e as políticas públicas que consolidam e ditam os rumos da educação brasileira. Inicialmente, os eixos são abordados em sua singularidade e, também, entrecruzados como possibilidade de análise do tema de estudo na conjuntura histórica em sua totalidade. Para atingir o objetivo geral da pesquisa, foram utilizadas fontes escritas, agrupadas de acordo com sua tipologia, documentos escolares, documentos administrativos e documentos institucionais. O referencial teórico conceitual baseia-se em Gramsci e na teoria da práxis, como a formação de uma vontade coletiva, expressa nas relações sociais estabelecidas. A partir dessa construção, acredita-se que a adoção do Sistema de Ensino Aprende Brasil é uma consequência do aprofundamento das relações políticas e sociais no município, do desenvolvimento da área urbana e também resultado da pressão exercida pelo Estado aos municípios para o cumprimento das políticas públicas educacionais, a partir da década de 2000, que envolve a melhoria nos índices educacionais e o repasse de recursos financeiros.

Palavras-chave: Sistema de Ensino Aprende Brasil, município de São José do Ouro, políticas públicas.

The education system learns Brazil:

the experience of the business reform of education in São José do Ouro in 2021

Abstract:

This paper presents as central theme the Teaching System Aprende Brasil, the curriculum and the teaching of history in the Municipal Education Network of São José do Ouro in 2021 and, as a general objective, the discussion about how the insertion of the Positivo Group and the Teaching System Aprende Brasil in the municipality of São José do Ouro in 2021. For this, it sought to trace an overview of how education in the municipality is historically constituted after the political and administrative emancipation in 1960, contextualizing the entry of private groups in the Brazilian educational scene to, subsequently, analyze the insertion of the Teaching System Aprende Brasil in the Municipal Education Network of São José do Ouro. The research is based on the categories of State, hegemony, education system, public policies, public/private relation and curriculum. Based on these categories, the axes of analysis of the research were established, which are: the neoliberal context that opens up the process of mercantilization of education; the performance of the Positivo Group in Brazil; and the public policies that consolidate and dictate the directions of Brazilian education. Initially, the axes are approached in their singularity and, also, intertwined as a possibility of analysis of the study theme in the historical conjuncture in its totality. To reach the general objective of the research, written sources were used, grouped according to their typology, school documents, administrative documents and institutional documents. The theoretical conceptual referential is based on Gramsci and the theory of praxis, as the formation of a collective will, expressed in the established social relations. From this construction, it is believed that the adoption of the Aprende Brasil Teaching System is a consequence of the deepening of political and social relations in the municipality, of the development of the urban area and also the result of the pressure

exerted by the State on municipalities to comply with public educational policies, from the decade of 2000, which involves the improvement of educational indices and the transfer of financial resources.

Keywords: Aprende Brasil Teaching System, municipality of São José do Ouro, public policies.

**El sistema educativo aprende Brasil:
la experiencia de la reforma corporativa de la educación en São José do Ouro en 2021**

Resumen:

Este trabajo presenta como tema central el Sistema de Enseñanza Aprende Brasil, el currículo y la enseñanza de la historia en la Red Municipal de Educación de São José do Ouro en 2021 y, como objetivo general, la discusión sobre cómo la inserción del Grupo Positivo y el Sistema de Enseñanza Aprende Brasil en el municipio de São José do Ouro en 2021. Para ello, se buscó trazar un panorama de cómo se constituye históricamente la educación en el municipio después de la emancipación política y administrativa en 1960, contextualizando la entrada de grupos privados en el escenario educativo brasileño para, posteriormente, analizar la inserción del Sistema de Enseñanza Aprende Brasil en la Red Municipal de Educación de São José do Ouro. La investigación se basa en las categorías de Estado, hegemonía, sistema educativo, políticas públicas, relación público/privado y currículo. A partir de las categorías mencionadas, se establecieron los ejes de análisis de la investigación, que son: el contexto neoliberal que da apertura al proceso de mercantilización de la educación; la actuación del Grupo Positivo en Brasil; y las políticas públicas que consolidan y dictan los rumbos de la educación brasileña. Inicialmente, los ejes se abordan en su singularidad y, también, entrelazados como posibilidad de análisis del tema de estudio en la coyuntura histórica en su totalidad. Para alcanzar el objetivo general de la investigación, se utilizaron fuentes escritas, agrupadas según su tipología, documentos escolares, documentos administrativos y documentos institucionales. El marco teórico conceptual se basa en Gramsci y en la teoría de la praxis, como formación de una voluntad colectiva, expresada en las relaciones sociales establecidas. A partir de esta construcción, se cree que la adopción del Sistema de Enseñanza Aprende Brasil es consecuencia de la profundización de las relaciones políticas y sociales en el municipio, del desarrollo del área urbana y también resultado de la presión ejercida por el Estado a los municipios para el cumplimiento de las políticas públicas educacionales, a partir de la década de 2000, que involucra la mejora en los índices educacionales y la transferencia de recursos financieros.

Palabras-clave: Sistema de Enseñanza Aprende Brasil, municipio de São José do Ouro, políticas públicas.

O Sistema de Ensino Aprende Brasil é um sistema educacional que pertence ao grupo privado Positivo, uma empresa que oferece diversos serviços, tanto educacionais quanto ligados à tecnologia, que vem expandindo seu alcance em todas as regiões brasileiras a partir de sua criação, em 1972, partindo dos grandes centros até os municípios mais distantes.

Este aumento da presença dos grupos privados no campo da educação pode ser sentido pela sua atuação no espaço público, através de parcerias firmadas com as prefeituras, com início nos anos 2000. O contexto que envolve este movimento de expansão das parcerias público-privadas é o fortalecimento do pensamento neoliberal, em que as empresas têm

assumido cada vez mais responsabilidades, que até então pertenciam ao Estado, o que vem ocorrendo na área da educação através da oferta de uma variedade de serviços, em forma de sistemas, que incluem materiais didáticos apostilados, assessoria pedagógica e currículo integrado. Esses materiais chegam às Secretarias Municipais de Educação como uma promessa de solução aos problemas da educação básica e acabam contribuindo para sua comercialização, financiada com os recursos do próprio Estado.

O Brasil enfrenta, desde a década de 1970, um processo de falência do estado de bem-estar social e o progressivo aumento da ideia difundida pelos neoliberais de que o Estado sozinho não consegue dar conta de suas responsabilidades, sendo necessário uma abertura à iniciativa

privada para que haja melhoria na oferta de serviços. Este fato contribui para o entendimento de uma parcela significativa de gestores, professores e pais que uma educação de qualidade depende da iniciativa privada, o que ocasiona a desmoralização da escola pública, que passa a ser considerada ineficiente. Além disso, torna-se cada vez maior a busca por empresas privadas que possam auxiliar no cumprimento das metas nacionais e internacionais de melhoria na qualidade da educação, caso do Grupo Positivo e de seu Sistema de Ensino Aprende Brasil, especialmente desenvolvido para propor soluções aos problemas da educação pública.

Esse processo foi se intensificando a partir da década de 1990, indicando tendência crescente de expansão das parcerias público-privadas no Brasil para a área da educação, acompanhando tendências mundiais de países como Estados Unidos e França, sendo legitimadas pelas políticas públicas, cuja elaboração passa a ter forte intervenção de diferentes atores: os empresários, interessados na obtenção de lucro através da comercialização da educação, as organizações internacionais, interessadas na formação de mão de obra familiarizada com as necessidades de mercado, alavancando assim a economia de seus países, ramos da sociedade civil, que veem na parceria entre público-privado uma forma de alcançar a qualidade da educação através do repasse de recursos públicos à empresas privadas e também partidos políticos, cada qual com interesses específicos, mas vinculados à ideia de progresso, eficácia de serviços e desenvolvimento econômico.

Neste sentido, a educação apresenta papel fundamental e estratégico, tanto para as empresas, como para organizações internacionais, como o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO), Organização Mundial do Comércio (OMC) e também para os governantes brasileiros que, na busca pelo desenvolvimento econômico e posição entre os países desenvolvidos, sempre buscaram seguir uma série de normatizações internacionais de incentivo à livre iniciativa e que levam a formulação de políticas públicas que visam a melhoria da educação através do ensino padronizado e da interferência privada, trazendo para as escolas a lógica das empresas.

A parceria entre o município de São José do Ouro, localizado no Nordeste do estado do Rio Grande do Sul, com cerca de 7.000 habitantes, e a empresa Positivo é um exemplo da atuação de empresas privadas na área educacional pública. O município se constitui de forma autônoma em 1959-1960 e, desde então, a educação se caracteriza pelo alinhamento com as diretrizes nacionais estabelecidas em cada período histórico e pela busca por uma proposta político- pedagógica que dê conta dos problemas escolares.

Portanto, partimos da ideia de que a adoção do Sistema de Ensino Aprende Brasil em São José do Ouro se efetivou devido à pressão exercida pelas políticas públicas e pelos governos que se sucederam no poder, com o objetivo de atingir as metas estabelecidas, principalmente através do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), além de explorar a ideia criada no imaginário dos gestores e de um grande número de pais de que a iniciativa privada fornece um ensino de qualidade, ao contrário do Estado, que não seria capaz de solucionar os problemas que se repetem ano após ano, o que contribuiria para a migração de alunos que frequentavam a Rede Estadual de Ensino para a Rede Municipal de Ensino, favorecendo com isso o aumento no repasse de recursos financeiros ao município. Além disso, a parceria público- privada na área da educação é fruto de um movimento regional de adoção do Sistema de Ensino Aprende Brasil, pois, são catorze municípios da regional Associação dos Municípios do Nordeste Riograndense que adotaram o sistema oferecido pela empresa Positivo².

A parceria entre o município e o Grupo Positivo foi firmada em janeiro do ano de 2021, no início do mandato de reeleição (2021- 2024) do prefeito Antônio José Bianchin (MDB) em coligação com os partidos PP, PSDB, PL, PTB e PSB. A equipe da Secretaria Municipal de Educação já analisava desde o final do ano de 2020 a proposta da empresa, pois a mesma já havia realizado algumas visitas afim de oferecer seus produtos e já havia o interesse por parte dos representantes da secretaria em aderir ao sistema.

Após a apresentação da proposta, que inclui livros didáticos, currículo, formação de professores, consultoria pedagógica e plataforma educacional, a Secretaria Municipal de Educação e a administração decidiram pela contratação da empresa, passando pela regulamentação do Sistema de Ensino Aprende Brasil, o que se efetivou, através de processo administrativo, em janeiro de 2021, sem que houvesse consulta prévia aos gestores escolares, grupo de professores ou comunidade.

Com a implementação do Sistema de Ensino Aprende Brasil, as escolas municipais de São José do Ouro passaram a seguir a proposta e o currículo oferecido pelo sistema e serem monitoradas pela assessoria pedagógica da empresa, através de testes bimestrais encaminhados aos alunos para aferir a aprendizagem das habilidades e competências previstas no currículo, esse elaborado de acordo com a interpretação da empresa sobre a Base Nacional

² Os catorze municípios que adotaram o Sistema de Ensino Aprende Brasil foram: Machadinho, Lagoa Vermelha, Ibiaçã, Maximiliano de Almeida, Sananduva, Barracão, São José do Ouro, Tapejara, Paim Filho, São João da Urtiga, Ibiraiaras, Água Santa, Santa Cecília do Sul, Vila Lângaro.

Comum Curricular (BNCC). Ainda, outras avaliações são encaminhadas às escolas, a fim de oferecer uma espécie de treinamento aos alunos para que se saiam bem em avaliações externas.

Diante do recente aumento no número de empresas privadas no cenário público educacional brasileiro, ocorrida a partir da década de 1990, este tema se torna relevante na medida em que ainda se observam lacunas quanto às pesquisas acadêmicas referentes ao tema o Sistema de Ensino Aprende Brasil. Mesmo tendo sido observado, após levantamento bibliográfico, um aumento significativo no número de pesquisas sobre as parcerias público-privadas, a partir de 2000, a qual se inclui a temática desta pesquisa, a grande maioria trata de forma geral o papel do Estado e da conjuntura neoliberal de implantação das parcerias público-privadas, sem se deter em nenhum caso ou empresa específica.

Para a compreensão do processo que culminou com a adoção do Sistema de Ensino Aprende Brasil em São José do Ouro e suas implicações, foram considerados três eixos de análise: o contexto neoliberal que dá abertura ao processo de mercantilização da educação, a atuação do Grupo Positivo no Brasil e as políticas públicas que consolidam e ditam os rumos da educação brasileira.

Os três eixos de análise se pautam nos objetivos propostos para esta pesquisa, cujo objetivo geral é discutir a inserção do Grupo Positivo e do Sistema de Ensino Aprende Brasil no município de São José do Ouro e sua relação com o currículo e o ensino de História dos anos finais do Ensino Fundamental.

Para atingir os objetivos propostos para a pesquisa, foram utilizadas fontes escritas, agrupadas de acordo com sua tipologia. Os documentos escolares, elaborados por três escolas da Rede Municipal de Ensino de São José do Ouro³, selecionadas por atenderem as séries finais do Ensino Fundamental, dentre eles estão, o Regimento Interno e o Projeto Político Pedagógico (PPP). Estes documentos foram fundamentais para o andamento da pesquisa, pois partimos da análise dos mesmos para compreender a proposta de educação pensada para cada uma das escolas e como estas propostas se relacionam com a adoção do Sistema de Ensino Aprende Brasil. Inicialmente foi realizada a análise documental de cada um dos documentos, buscando identificar seus objetivos e concepções, bem como encontrar indícios que pudessem levar à adoção, em 2021, do Sistema de Ensino Aprende Brasil.

Num segundo grupo estão os documentos administrativos, ou seja, aqueles elaborados pelo poder público municipal, Secretaria Municipal de Educação e Administração Municipal. Estes documentos foram importantes na análise do processo de implantação do Sistema de Ensino Aprende Brasil na Rede Municipal de Ensino. Os documentos utilizados foram Resoluções, Leis Municipais pertinentes a educação, Relatório Estatístico da Educação de São

³ As três escolas que fazem parte desta pesquisa são: Escola Municipal de Ensino Fundamental Luciano Antônio Dondé, localizada na área urbana do município, atendendo séries iniciais e finais do Ensino Fundamental; Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Manfron, localizada na área rural, atende a Educação Infantil, séries iniciais e finais do Ensino Fundamental; Escola Municipal de Ensino Fundamental Florentina Lottici, localizada na área rural, atende o Ensino Fundamental Incompleto, de 4º ano a 9º ano.

José do Ouro, relatório de Levantamento Histórico, cultural, geográfico, socioeconômico de São José do Ouro, censos escolares, Parecer Técnico-Pedagógico, encontrados sob guarda do Setor Jurídico do município e Secretaria Municipal de Educação. Inicialmente, procedeu-se a leitura dos dados e informações presentes em cada documento, buscando compreender o significado e os interesses envolvidos na elaboração dos mesmos, almejando compreender como se deu a constituição da educação municipal em São José do Ouro, a elaboração e a implementação das políticas públicas para esta área e com isso a trama que envolve a implantação do Sistema de Ensino Aprende Brasil. Num terceiro grupo estão os documentos institucionais ligados ao Grupo Positivo e ao Sistema de Ensino Aprende Brasil, disponíveis no site oficial da empresa e do sistema de ensino.

Apesar de serem documentos destinados a um fim específico, vender um produto, os mesmos foram importantes para a reconstrução da trajetória do Grupo Positivo e do Sistema de Ensino Aprende Brasil no âmbito da educação, propiciando através da análise do discurso a compreensão acerca dos motivos que levam a empresa a apresentar um sucesso de vendas com seus pacotes educacionais para escolas públicas.

Nesse contexto existe a necessidade de reafirmar o papel da disciplina de história como fundamental na construção de uma sociedade mais crítica e reflexiva e, principalmente, na defesa da democracia. Faz-se necessário olhar para a educação e para o ensino de História como terreno de disputas entre setores empresariais, governamentais e sociedade como um todo, cada qual agindo na defesa de seus interesses, sendo a escola o terreno onde se desenrolam estes debates.

Desenvolvimento

Levando em consideração que a implantação do Sistema de Ensino Aprende Brasil em São José do Ouro é fruto da consolidação das políticas públicas nacionais na esfera local e que estas foram, no decorrer do tempo responsáveis, pelo processo de descentralização do ensino público, que colocou uma responsabilidade cada vez maior sobre os gestores municipais e que esses gestores, pressionados, acabam por recorrer aos sistemas privados de ensino como tentativa de solucionar seus dilemas educacionais, este artigo tem como objetivo principal analisar a inserção do Sistema de Ensino Aprende Brasil no município de São José do Ouro.

O processo de implantação do Sistema de Ensino Aprende Brasil no município de São José do Ouro é fruto de uma conjuntura histórica que envolve a implementação das políticas públicas para a área da educação, em nível nacional, e sua adequação em nível municipal. Assim, objetivamos analisar como esse processo ocorreu em São José do Ouro, no ano de 2021.

Na concepção de Gramsci, entender a realidade implica compreendê-la como um momento das forças de produção, das relações sociais, de uma história que está morta, mas ao

mesmo tempo viva, sendo por isso, “atividade concreta, histórica, fundada em relações abertas, dinâmicas, dialéticas do homem com a natureza, da vontade humana com as estruturas econômicas, dos projetos políticos com as cristalizações culturais” (SEMERARO, 2006, p. 33).

O Sistema de Ensino Aprende Brasil foi implantado em São José do Ouro através do Processo Administrativo nº 001/2021, de 13 de Janeiro de 2021, sem a ocorrência de licitação, devido a inexistência de empresas aptas a oferecer os serviços requeridos (PROCESSO ADMINISTRATIVO, 2021), sem consulta prévia aos gestores, professores, pais ou Conselho Municipal de Educação⁴, representando uma tendência a perda de representação por parte destes sujeitos na elaboração de uma proposta para a educação do município.

Embora a perda de autonomia por parte da comunidade escolar seja evidente, pelo fato de não terem sido consultados ou sequer informados antes da contratação da empresa sobre a adoção do Sistema de Ensino Aprende Brasil, a mesma é considerada pela gestão do município e Secretaria Municipal de Educação muito vantajosa, pois funcionaria como “um suporte às escolas da Rede Pública, nos aspectos didáticos, pedagógico, metodológico e curricular, visando contribuir com o trabalho realizado pelos educadores no que trata aos processos de ensino-aprendizagem” (PROCESSO ADMINISTRATIVO, 2021).

No entanto, o que se observou após análise dos PPPs das escolas municipais que atendem as séries finais do Ensino Fundamental, foi o abandono da proposta pedagógica das instituições em prol da adoção completa da proposta oferecida pelo sistema privado de ensino, pois a última atualização dos PPPs foi realizada no ano de 2019 e 2020, antes da contratação da empresa como prestadora de serviços educacionais, ou seja, as escolas perderam sua autonomia frente ao processo de ensino-aprendizagem, e o que era para ser um suporte do trabalho pedagógico tornou-se a única opção para estas escolas.

Quanto a adoção dessa proposta de educação para a Rede Municipal de Ensino de São José do Ouro, o parecer técnico-pedagógico elaborado pela equipe da Secretaria Municipal de Educação, composta pela coordenadora de educação, assessora técnica e coordenadora pedagógica afirma que a contratação da empresa Positivo e por consequência da Editora Aprende Brasil é oriunda da “necessidade de investir cada vez mais em situações que promovam a qualidade na educação, entendida aqui como a melhoria na formação dos professores e de suas condições de trabalho na escola” (PARECER TÉCNICO- PEDAGÓGICO, 2021).

No entanto, se levarmos em conta que, conforme o PPP (2020) da Escola Municipal de Ensino Fundamental Luciano Antônio Dondé, os professores “trabalham 40 horas semanais, o que dificulta sua participação em reuniões pedagógicas e cursos de formação”, percebemos

⁴ Em contato com representante do CME não foram encontradas documentações referentes a aprovação do Sistema de Ensino Aprende Brasil.

que, embora se defenda uma melhoria na qualificação do professor, não existe tempo para que isso aconteça, o que caracteriza um dos problemas principais da educação brasileira: a precarização do magistério.

Mais adiante, o Parecer Técnico- Pedagógico justifica a adoção do Sistema de Ensino Aprende Brasil pela Rede Pública Municipal “ao buscar promover a qualidade do ensino em nossas escolas percebemos a nossa demanda em utilizar um sistema de ensino que auxilia a comunidade escolar a trabalhar de maneira integrada e articulada aos vários setores implicados na educação” (PARECER TÉCNICO- PEDAGÓGICO, 2021), o que demonstra o interesse na adoção de um sistema de ensino que possa dar conta das transformações ocasionadas pela implementação da BNCC, sendo que o Sistema de Ensino Aprende Brasil oferece um currículo integrado, ou seja, que dá conta das competências e habilidades previstas pela BNCC:

[...] a parceria com o Sistema de Ensino provém do interesse em acompanhar os movimentos educacionais vigentes, bem como as expectativas e adaptações futuras. Tal sistema deve estar acordado com o projeto pedagógico da Rede Municipal de Ensino que atende a Educação Básica, nas modalidades Educação Infantil e Ensino Fundamental de nove anos (PARECER TÉCNICO- PEDAGÓGICO, 2021).

Além disso, “os conteúdos de um ano dão continuidade aos do período anterior, garantindo uma aprendizagem progressiva, articulada e interdisciplinar” (SISTEMA DE ENSINO APRENDE BRASIL, s.d), ou seja, a solução para os dilemas da educação do município de São José do Ouro se assenta em duas questões centrais, de acordo com o que foi exposto até aqui: deficiência na formação dos professores e falta de articulação no trabalho docente, ou seja, os conteúdos são apresentados de forma desencontrada e sem seguir uma linha norteadora, o que sinaliza para a ausência de um plano de estudos que dê conta desta organização.

No entanto, deixa de levar em consideração que a realidade sócio-econômica e familiar também interfere no processo de ensino aprendizagem, gerando problemas como os apontados pela Escola Municipal de Ensino Fundamental Luciano Antônio Dondé em seu PPP “os principais problemas enfrentados pela nossa instituição referem- se a: evasão escolar, falta de participação da família na escola, desinteresse dos alunos pelo estudo devido a sua inserção no mercado de trabalho” (ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL LUCIANO ANTÔNIO DONDÊ, 2020, p. 06), problemas estes que não são levados em consideração pelo parecer emitido pela Secretaria Municipal de Educação e nem pela proposta da empresa Positivo, que é padronizada para todas as escolas conveniadas, o que deixa a proposta para a educação de São José do Ouro cada vez mais distante da realidade dos alunos e professores das instituições de ensino.

A empresa Positivo, detentora do Sistema de Ensino Aprende Brasil, foi contratada pelo município em 2021 como parte de um processo que veio ocorrendo desde 2018 nos municípios da Associação dos Municípios do Nordeste Riograndense (AMUNOR), conforme demonstraremos posteriormente, o que motivou a equipe da Secretaria Municipal de Educação a buscar pelo sistema privado:

Após pesquisa no mercado editorial brasileiro e constante diálogo com os municípios integrantes da AMUNOR, que adotam o sistema de ensino, verificou-se que o Sistema de Ensino Aprende Brasil é o composto pedagógico que apresenta recursos e ferramentas pedagógicas específicas para amparar a educação em nossa municipalidade (PARECER TÉCNICO- PEDAGÓGICO, 2021).

Com esse investimento na manutenção do Sistema de Ensino Aprende Brasil, a equipe da Secretaria Municipal de Educação acredita que [...] estaremos oportunizando aos nossos alunos ampliar seu universo cognitivo e relacional, interagindo com o saber contextualizado e tratando ativamente as informações, valorizando formas de trabalho individuais e coletivas, sistemáticas e ocasionais que auxiliam as crianças e adolescentes a desenvolverem de forma integral para o alcance da autonomia que se espera de nossos alunos (PARECER TÉCNICO- PEDAGÓGICO, 2021).

Neste sentido, Freitas (2018, p. 109) considera que a privatização da escola pública, em qualquer uma de suas formas, acarreta na precarização do magistério e no aumento do controle do processo educativo, impedindo a gestão democrática da escola, o que desfaz a ideia difundida pelos gestores que aderem aos sistemas privados de ensino de que os mesmos vem para auxiliar o professor, o que de fato acontece é a limitação do trabalho pedagógico, onde o professor passa a ser visto como um mero aplicador de conteúdos e metodologias escolhidas por terceiros.

Além disso, devemos considerar que, além do controle exercido pelo sistema privado, as políticas públicas, como a atual BNCC servem como controladores do trabalho pedagógico, pois:

Ao controle da gestão via privatização (por terceirização ou vouchers), complementado com o controle do processo pedagógico (por meio de uma Base Nacional Comum Curricular [BNCC] e sua irmã gêmea, a avaliação censitária [SAEB], inserida em políticas de responsabilização), somam-se: a) o controle das agências formadoras do magistério, via base nacional de formação de professores, e b) o controle da própria organização da instrução, por meio de materiais didáticos e plataformas de aprendizagem interativas. Ao redor da escola floresce um mercado de consultorias e assessorias destinadas a lidar com todas as exigências (FREITAS, 2018, p. 104).

Assim, a busca pelo sistema privado de ensino por parte do município envolve duas questões principais. A primeira delas é a pressão por parte do Estado para o cumprimento das

políticas públicas instituídas em prol da melhoria da educação, expressas, por exemplo, através da BNCC, que institui definitivamente a lógica empresarial nas escolas, através do desenvolvimento de competências e habilidades e do Plano Nacional de Educação que estabelece metas a serem cumpridas no período de dez anos, as quais pressionam os municípios a adotar “soluções” para aquilo que não conseguem cumprir. Dessa forma, a parceria entre o município de São José do Ouro e a empresa Positivo é fruto, primeiramente, das políticas públicas instituídas em escala nacional e dos incentivos financeiros para o aumento das taxas de matrícula e índices educacionais.

Esse processo é caracterizado por Freitas (2018, p. 104) como *neotecnicismo*, ou seja, trata-se do retorno do tecnicismo dos anos 1980, que vê o conhecimento como algo operativo e objetivo, através de uma interação nunca vista com plataformas tecnológicas, redefinindo o trabalho do professor e do aluno e tornando-os cada vez mais dependentes da tecnologia, que é quem comanda. Essa proposta pode ser observada através da discussão do Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034, que é objeto de discussão na Conferência Nacional de Educação (CONAE), em 2022.

O revigoramento do tecnicismo apoiado em outra base tecnológica é considerado pela reforma empresarial fundamental para redefinir o próprio trabalho docente e o magistério, contribuindo para a construção de outra concepção de escola, inserida em um livre mercado competitivo. Como trabalhador desqualificado e mais dependente de tecnologia, o magistério é mais descartável e torna-se um apêndice das plataformas interativas em sala de aula, sendo mais facilmente adaptável aos planos de gestão de resultados e a flexibilização da força de trabalho (FREITAS, 2018, p. 108- 109).

Nesse sentido, quem lucra com este novo modelo de educação baseado na tecnologia e na meritocracia são os empresários, pois são eles que oferecem os produtos compatíveis com as novas exigências para a área da educação, aqueles que resistem sofrem uma grande pressão por parte da sociedade, que desde o Movimento Todos pela Educação tomou para si a responsabilidade sob a qualidade da educação e também por parte dos órgãos fiscalizadores, responsáveis por controlar o cumprimento das políticas públicas.

Este processo de adesão ao Sistema de Ensino Aprende Brasil pode ser considerado um movimento de caráter regional, pois observa-se que, no decorrer dos anos, os municípios do Nordeste do Rio Grande do Sul começaram a aderir a este projeto, com ênfase nas adesões no ano de 2021. Dos dezenove municípios que compõe a regional, somente cinco municípios ainda não aderiram ao Sistema de Ensino Aprende Brasil, são eles: Tupanci do Sul, Santo Expedito do Sul, Cacique Doble, Capão Bonito do Sul e Caseiros, como podemos observar na tabela abaixo:

TABELA 1- Municípios da AMUNOR que adquiriram o Sistema de Ensino Aprende Brasil (2018-2021)

MUNICÍPIO	ANO DE ADESÃO
Machadinho	2018
Lagoa Vermelha	2019
Ibiaçã	2019
Maximiliano de Almeida	2019
Sananduva	2021
Barracão	2021
São José do Ouro	2021
Tapejara	2021
Paim Filho	2021
São João da Urtiga	2021
Ibiraíaras	2021
Água Santa	2021
Santa Cecília do Sul	2021
Vila Lângaro	2021

Fonte: Site oficial das prefeituras dos municípios elencados no quadro.

Nesse sentido, observamos existir, por parte das gestões dos municípios que aderiram ao Sistema de Ensino Aprende Brasil, a formação de um senso comum em torno da eficiência e eficácia do sistema privado. Essa ideia tornou-se parte dos debates e reuniões de gestores em nível regional e a adesão ao sistema acabou se tornando a saída encontrada para a pressão exercida quanto ao cumprimento das políticas públicas existentes. Somado a isso, podemos destacar a conjuntura nacional, em que, sob o governo do presidente Jair Bolsonaro, as privatizações e as parcerias público-privadas são cada vez mais incentivadas.

Isso demonstra que a ação da empresa Positivo com o Sistema de Ensino Aprende Brasil ocorre em rede, se caracterizando como um movimento de busca de hegemonia por parte do setor empresarial na área da educação, através do monopólio sobre a elaboração de políticas

públicas, também sobre a oferta de materiais didáticos e controle sobre o trabalho do professor.

Além disso, observa-se a tendência ao aumento do monitoramento sobre a educação municipal por parte da administração, como uma estratégia de melhoria na educação, ou seja, os resultados obtidos em provas padronizadas, realizadas pelo Aprende Brasil, forneceriam a base para os investimentos em educação no município, conforme evidencia o Parecer Técnico- Pedagógico:

Outro recurso do Sistema de Ensino que foi desenvolvido para atender a necessidade do aperfeiçoamento sócio educacional, é o SIMEB- Sistema de Monitoramento Educacional do Brasil, essa ferramenta auxilia o município quanto a definição de estratégias que incluam, como fator principal, a aproximação entre administração pública e o cidadão, fator que irá tornar mais eficaz os investimentos e a própria gestão do ensino público. Este recurso é considerado como uma importante ferramenta tecnológica educacional que acompanha e informa, por meio de indicadores e qualidade da educação pública municipal, antes, durante e após a implantação do Sistema de Ensino Aprende Brasil (PARECER TÉCNICO- PEDAGÓGICO, 2021).

Através das “soluções” oferecidas pelo Sistema de Ensino Aprende Brasil para a educação municipal, observa-se uma total subordinação às diretrizes empresariais, que passam a ditar os rumos da educação de acordo com seus interesses empresariais e não movidos pelo desejo de melhorar a educação, pois isso, para a empresa, é uma consequência da “aplicação correta” dos materiais e atividades propostas.

Além do SIMEB, o pacote completo contratado pelo município de São José do Ouro inclui também, de acordo com o Parecer Técnico Pedagógico, livros didáticos integrados, agenda escolar, ambiente digital para alunos e professores, programa de assessoria pedagógica para docentes e gestores, ferramenta de avaliação de desempenho, denominada *hábile-Sistema de Avaliação Positivo*.

Dessa forma, o avanço da presença do Sistema de Ensino Aprende Brasil nos municípios do Nordeste do Rio Grande do Sul comprova o progressivo avanço do projeto neoliberal para a área da educação, por isso:

O Sistema de Ensino Aprende Brasil é a mercadoria produzida pelo grupo e vendida para o setor público. A educação, que deveria ser apenas um valor de uso, na sociedade regida pelo capital, passa a ser valor de troca ao se tornar comercializável. Para o Grupo Positivo, o Aprende Brasil importa como valor de troca, para o Estado que a compra tem valor de uso. Para quem a adquire, a mercadoria precisa satisfazer uma necessidade. Levando em consideração que o consumidor é o Estado burguês, o Grupo Positivo criou uma mercadoria para atender às necessidades do Estado – entendido aqui como o comitê gestor dos negócios da burguesia -, qual seja a formação da força de trabalho requerida pelo mercado (DOMINGUES, 2017, p. 101).

O objetivo da educação atualmente está atrelado ao desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao mundo globalizado, ao mundo em transformação, a eficiência e eficácia, ideias defendidas pelos movimentos educacionais encabeçados pelas organizações internacionais, assim:

Nos dias atuais, propagandeia-se que nossa sociedade muda velozmente e que o indivíduo precisa estar adaptado a estas mudanças. Note-se que o importante, agora, é responder às necessidades do mercado que exige profissionais dinâmicos, criativos, capazes de se adaptar rapidamente a novas situações, informados e informatizados. Para tanto, a escola priorizou a aquisição de um grande número de informações (destarte seu objetivo desde os enciclopedistas), porém, agora, com critérios de utilidade, facilidade e rapidez (MOTTA, 2001, p. 86).

Nesse sentido, o Sistema de Ensino Aprende Brasil, introduzido na educação do município de São José do Ouro, contribui com o processo de ampliação dessa ideia, pois:

Ele é mais uma mercadoria inserida no contexto da Indústria Cultural. Pela fragmentação do conhecimento, compartimentaliza o saber. O conteúdo do ensino é dividido em cadernos, que por sua vez são subdivididos em matérias, com aulas seguindo uma numeração durante o ano letivo. As aulas são esquemáticas ou com textos explicativos que não dão margem a analogias e, conseqüentemente, a uma discussão mais aprofundada. Os exercícios propostos ao final de cada aula servem apenas para testar o conhecimento “dito mais importante”, segundo a perspectiva do sistema. O mais grave é a impressão que as apostilas passam de que esta maneira de organizar o conhecimento é mais “prática”, dando a sensação de que todo o conhecimento a ser atingido está contido naquelas poucas páginas (MOTTA, 2021, p. 87).

Além disso, o sistema apostilado oferecido pela empresa contribui com a perda da autonomia do professor, pois, embora tanto a empresa como a gestão municipal considerem o material um suporte para a atuação docente, os conteúdos encontram-se divididos em números de aulas a serem trabalhadas e a conclusão da apostila corresponde ao período bimestral, os resultados a serem obtidos estão atrelados a conclusão do material, retirando do aluno a possibilidade de ter acesso a uma educação em seu sentido pleno, como aquisição de cultura, que seja de fato emancipadora, gerando pressão entre educadores e estudantes.

O professor é considerado um articulador dos processos de ensino e aprendizagem. Portanto, a aprendizagem, dinamizada por este mediador, acontece pelo encontro de quem aprende com as informações privilegiadas, com os saberes práticos e com o conhecimento. Por isso, o Sistema de Ensino fornece subsídios para o professor organizar as suas ações, ajudando os alunos a reinterpretarem suas próprias vidas e a desenvolverem-se integralmente, quanto às capacidades de reflexão, de trabalho coletivo, de autodisciplina, de domínio do conhecimento no âmbito de diversas ciências e tecnologias, de raciocínios que superam o acúmulo

de fatos e de comunicação, como resultado do encontro com o saber escolar (DESCRITIVO APRENDE BRASIL, s.d).

Motta (2001), ao refletir sobre a presença do sistema apostilado de ensino na educação, considera o processo de ampliação dessa forma de ensino como a massificação do conhecimento, pois:

Na escola, o sistema apostilado, como mais uma mercadoria inserida no contexto da Indústria Cultural, promete oferecer um ensino organizado, prático e racional. Mas, fragmentando o conhecimento, incapacita o indivíduo de compreendê-lo de maneira global, incluindo causas, processos, consequências, contextos etc. A quebra da unidade impede a ação reflexiva e transforma-se em instrumento de dominação. Reproduz a ideologia de setores privados e do próprio Estado, preparando o indivíduo quase que exclusivamente para o vestibular, afastando-o da possibilidade de um ensino e de uma educação emancipadora, bem como do conhecimento, da aquisição e do usufruto da cultura. Mais do que isso, impede-o de refletir sobre sua condição de cidadão e de optar com maior liberdade por seu destino (MOTTA, 2001, p. 88).

Observamos que a proposta adotada pela educação de São José do Ouro, ao implantar o Sistema de Ensino Aprende Brasil, é de base tecnicista, ou seja, baseia-se no controle da gestão, introdução de tecnologias no processo pedagógico, monitoramento, avaliações externas e sistema de responsabilização. A empresa privada passa a controlar todo o processo de ensino e aprendizagem através de suas “soluções educacionais”, inclusive os investimentos do município em educação. Assim:

Os atuais reformadores empresariais apenas retomam esta filosofia pragmatista do começo do século passado em outros níveis de exigência tecnológica e de controle social e lhe dão aparência de “inovação” – no fundo, trata-se novamente de adaptar a escola às exigências oriundas do mundo do trabalho e, em especial, ao aumento da produtividade de forma a recompor taxas de acumulação de riqueza (FREITAS, 2014, p. 1105).

A adoção da proposta da empresa detentora do Sistema de Ensino Aprende Brasil se insere num contexto de busca pelo sentido da escola, ou seja, sua função, como se percebeu na análise dos PPPs das três escolas elencadas na pesquisa, onde existe uma convergência entre as mesmas no sentido de atribuir à escola a tarefa de adaptar o aluno a realidade, ou seja, embora exista a preocupação em formar cidadão críticos e participativos, a necessidade de tornar o aluno preparado para atender as demandas da sociedade, ainda é predominante.

Podemos considerar que essa busca pela função social da escola faz parte de um projeto maior, que está atrelado ao projeto de desenvolvimento econômico iniciado pelos governantes do município no início da década de 1960, partindo da ideia de que a educação no Brasil sempre esteve condicionada pelo desenvolvimento econômico, não seria incorreto

afirmar que a adoção do Sistema de Ensino Aprende Brasil, é um projeto elaborado pela gestão por considerar sinônimo de modernidade, eficiência e desenvolvimento as parcerias com empresas privadas, sem contar que no país, a cada dia observa-se a ocorrência de privatizações em todas as áreas que seriam de competência do Estado, fruto do avanço dos partidos políticos com ideias neoliberais no poder.

O fato de nenhum dos PPPs das escolas ter passado por alterações após a adoção do Sistema de Ensino Aprende Brasil, em 2021, demonstra que está ocorrendo um abandono da proposta política pedagógica das escolas em prol da adoção da proposta oferecida pela empresa, o que transforma a escola pública num espaço de aplicação dos ideias empresariais para a educação, retirando a autonomia da direção, dos professores e dos alunos, pois, se não existe uma discussão que parta da realidade que se vive na escola, suas possibilidades e fragilidades, não existe como avançar rumo a uma educação democrática e emancipadora.

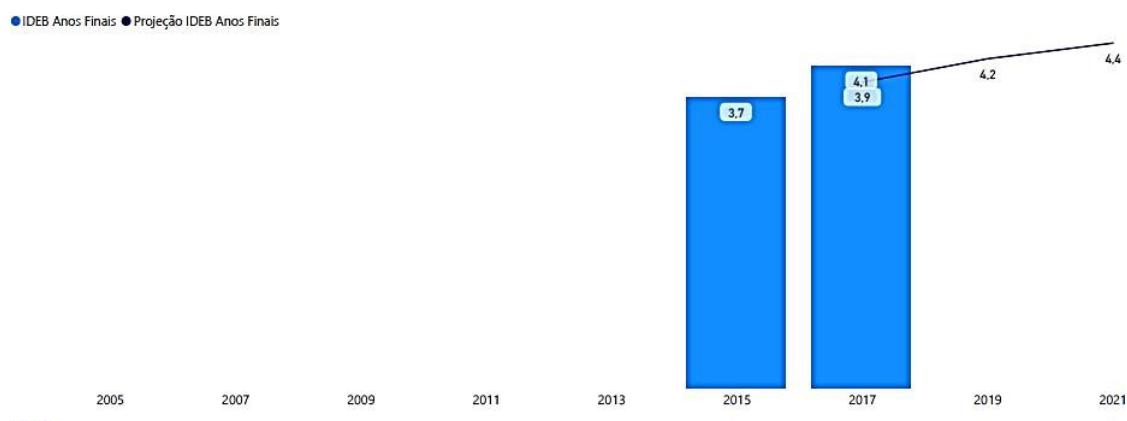
O que se percebe é que este processo gera a robotização do professor, ou seja, ele passa a ser considerado somente um aplicador e não um agente do processo, pois, não precisa mais pensar em como fazer, para que fazer, de que forma fazer, para quem está dando sua aula, apenas cumprir a sua tarefa de aplicador na linha de produção, conforme foi programado a fazer.

Assim, a proposta para educação, afeta diretamente o professor, pois O revigoramento do tecnicismo apoiado em outra base tecnológica é considerado pela reforma empresarial fundamental para redefinir o próprio trabalho docente e o magistério, contribuindo para a construção de outra concepção de escola, inserida em um livre mercado competitivo. Como trabalhador desqualificado e mais dependente da tecnologia, o magistério é mais descartável e torna-se um apêndice das plataformas interativas em sala de aula, sendo mais facilmente adaptável aos planos de gestão de resultados e à flexibilização da força de trabalho (FREITAS, 2018, p. 108).

Além da precarização do magistério, os estudantes também estão reféns dessa nova proposta, que chega às famílias como algo positivo e que vem a melhorar a qualidade da educação, conforme destaca a administração municipal em entrevista a uma das rádios locais “o programa alavancará a qualidade da educação do município. Pelo Aprende Brasil, os professores receberão o treinamento e todos os alunos da rede municipal de ensino – da pré escola ao 9º ano serão beneficiados”. (REDAÇÃO RÁDIO POATÃ, 2021).

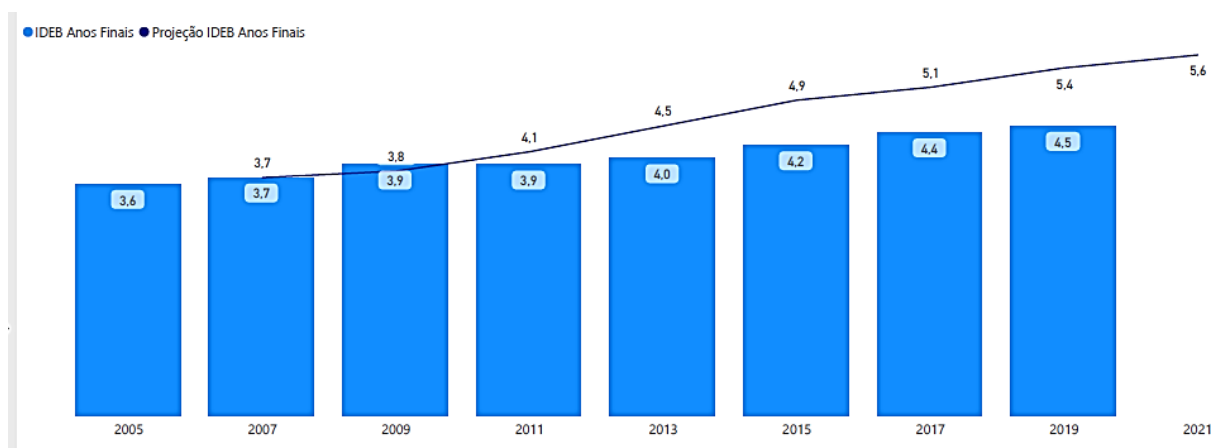
Quanto aos resultados nas avaliações externas, obtivemos poucas informações através do Censo Escolar divulgado pelo INEP, pois, entre os anos de 2005 a 2013 e 2019, as escolas municipais não realizaram avaliação pelo fato das turmas não apresentarem número suficiente de alunos.

GRÁFICO 1- Evolução do IDEB nas escolas da Rede Municipal de Ensino de São José do Ouro- Anos finais.



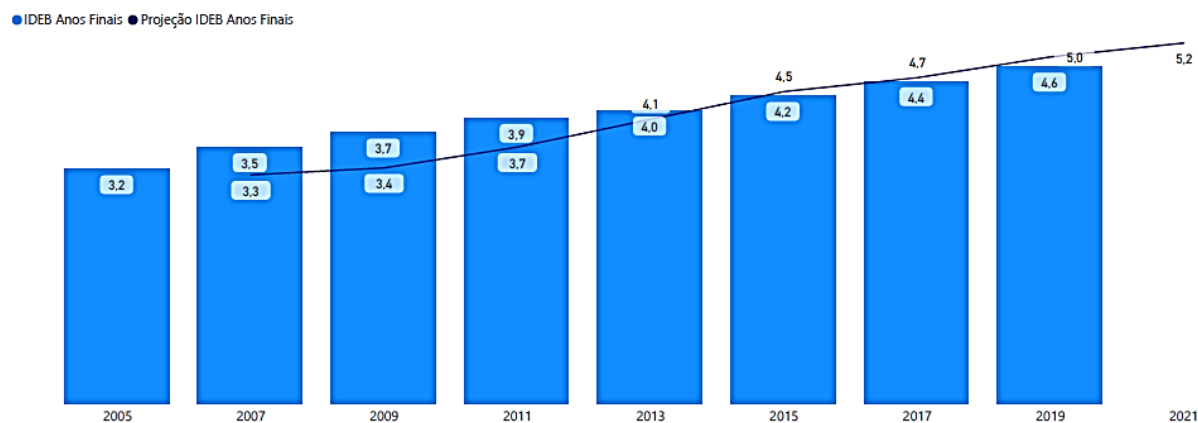
Fonte: <http://censobasico.inep.gov.br/censobasico>.

GRÁFICO 2- Evolução do IDEB no estado do Rio Grande do Sul- Anos finais.



Fonte: <http://censobasico.inep.gov.br/censobasico>

GRÁFICO 3- Evolução do IDEB no Brasil- Anos finais.

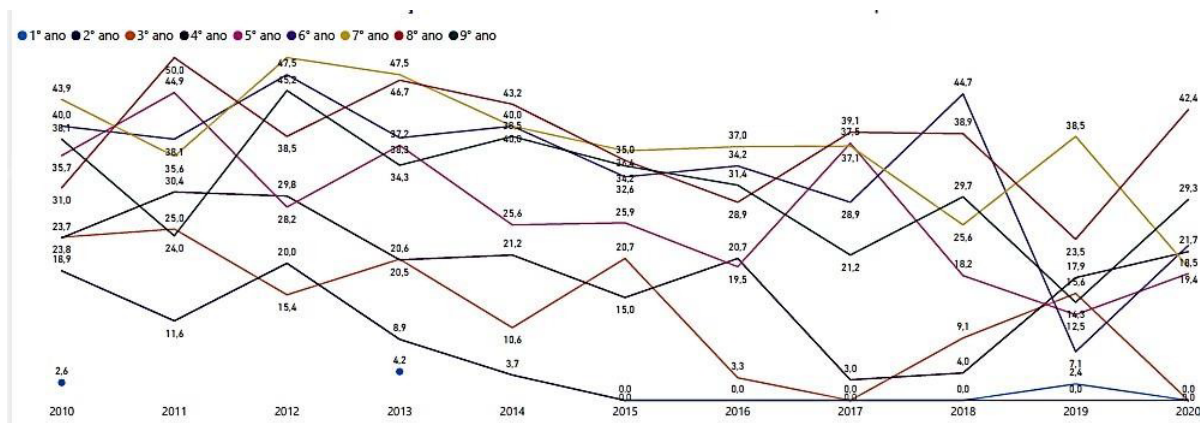


Fonte: <http://censobasico.inep.gov.br/censobasico>

Os dados obtidos nos anos de 2015 e 2017 demonstram que o município apresentou índices de 3,7 e 3,9 nas avaliações do IDEB, inferiores à média do estado do Rio Grande do Sul e do Brasil que foi de 4,2 e 4,4 nos mesmos anos, de acordo com dados do INEP.

No que se refere aos problemas apontados como a causa para os baixos índices no IDEB, estão: a distorção série/idade⁵ e os índices de reprovação.

GRÁFICO 4- Distorção escolar no Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de São José do Ouro



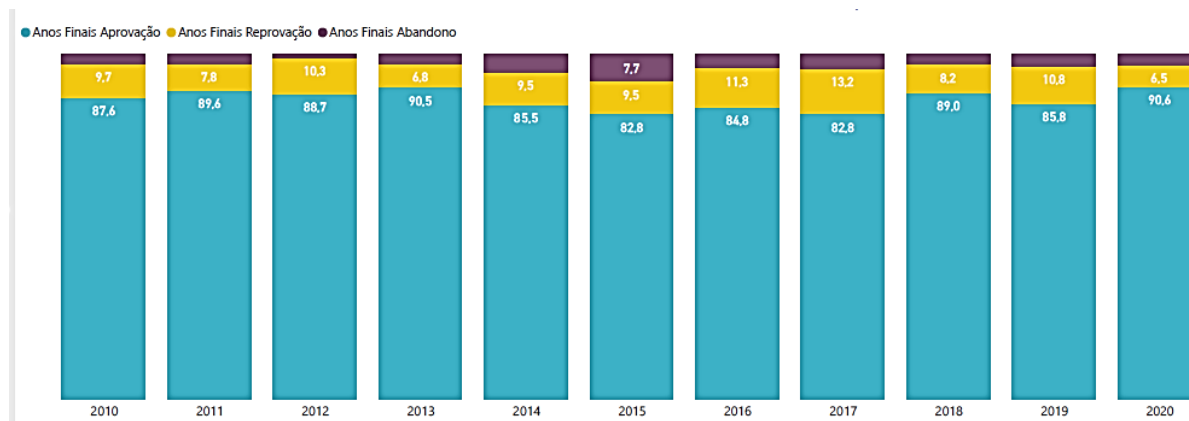
Fonte: <http://censobasico.inep.gov.br/censobasico>

Quanto à distorção série/idade observamos que ocorrem em maior escala nos anos finais do ensino fundamental. De acordo com dados do INEP, no 8º ano a distorção chegou a 42% , seguido pelo 9º ano, com 29,3% e pelo 6º ano com 21,7%, o que se deve, de acordo com o PPP (2020) da Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Manfron “a falta de interesse dos alunos pelos estudos, falta de incentivo da família e entrada no mercado de trabalho, são motivos para o abandono escolar” (ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL ANTÔNIO MANFRON, 2020, p. 12).

A reprovação pode ser considerada um dos fatores responsáveis pela distorção série/idade nos anos finais do Ensino Fundamental.

GRÁFICO 5- Rendimento escolar nos anos finais do Ensino Fundamental na Rede Municipal de Ensino de São José do Ouro

⁵ De acordo com o INEP, a distorção série/idade é a proporção de estudantes com dois ou mais anos de atraso na escola em relação a sua própria idade. No caso brasileiro, considera-se a idade de 6 anos como a idade adequada para ingresso no ensino fundamental, cuja duração, normalmente, é de 9 anos. Seguindo este raciocínio é possível identificar a idade adequada para cada para cada série. Como o Censo Escolar obtém a informação sobre idade por meio do ano de nascimento, adota-se o seguinte critério para identificar os alunos com distorção idade-série: considerando o Censo Escolar do ano "t" e a série "k" do ensino fundamental, cuja a idade adequada é de "i" anos, então o indicador será expresso pelo quociente entre o número de alunos que, no ano "t", completam "i" + "2" anos ou mais e a matrícula total na série "k" (INEP).



Fonte: <http://censobasico.inep.gov.br/censobasico>

De acordo com os dados do INEP, no período de que compreende 2019-2020, a taxa de reprovação era de 10,8% e 6,5%, respectivamente. Os dados do INEP permitem avaliar a porcentagem de aprovação, onde as taxas foram superiores a 80% em 2019, aumentando para 90% em 2020, permanecendo abaixo dos índices esperados pelo estado e país, que superam os 98%, de acordo com os dados do INEP. Isso justifica a pressão que é exercida em relação aos municípios para a melhoria nos indicadores e com isso a adoção de Sistemas Privados de Ensino, que trazem uma proposta de solução, muitas vezes milagrosas para os problemas da educação básica.

Na realidade, ao introduzir a lógica empresarial nas escolas, o que se está estabelecendo são padrões de comportamento, através das habilidades socioemocionais propostas pela BNCC e de avaliação, através dos processos de testagem e avaliações em larga escala. Dessa maneira, “a diversidade cultural e histórica - ainda que admitida - não é reconhecida, já que os processos de avaliação são conduzidos a partir da “cultura oficial” das bases nacionais curriculares” (FREITAS, 2018, p. 113), ou seja, trata-se de um processo de acomodação e adaptação à lógica

neoliberal em que todos os sujeitos estão inseridos, onde o que impera é a competição, gerando um modelo de educação baseado em vencedores e perdedores, deixando de ser considerada um direito, na medida em que a desigualdade avança.

Assim, a adoção do Sistema de Ensino Aprende Brasil pela Rede Municipal de Ensino de São José do Ouro, foi consequência de um movimento político baseado na privatização dos serviços públicos, na tentativa de melhorar a qualidade e eficácia destes serviços. Além disso, é fruto de um processo vivenciado por gestores e professores em busca de um sentido para a escola e para a educação, com vistas a atender em primeiro lugar os interesses da sociedade.

Por isso, observamos que os documentos pedagógicos das escolas sempre estiveram atrelados às políticas públicas vigentes e ao modelo de sociedade de cada período histórico, numa busca por adaptação ao que lhes fora imposto, não por vontade própria, pois se identifica uma preocupação com os dilemas que afetam a educação municipal, sem no entanto,

encontrar caminhos possíveis para a solução dos mesmos, uma vez que, muitos dos problemas vivenciados na escola, não são criados por ela mesma e sim pela própria sociedade, mas por coação, pressão interna da sociedade, exigindo melhoria na qualidade da educação e externa, dos órgãos de controle, através do monitoramento de índices e repasses de recursos, que acaba por minar qualquer tentativa de resistência ou pressionar a rede pública a embarcar no “carro do progresso”.

Considerações Finais

Este artigo é parte da pesquisa de mestrado que possui três objetivos principais: I) Contextualizar a inserção de grupos privados no setor educacional brasileiro, em especial o Grupo Positivo, tendo em vista o contexto neoliberal e a instituição das políticas públicas para a área da educação; II) Analisar a inserção do Sistema de Ensino Aprende Brasil no município de São José do Ouro, a partir da análise de fontes primárias provenientes das instituições de ensino, da administração municipal e do Sistema de Ensino Aprende Brasil. III) Discutir as possibilidades e os limites ao ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental a partir do currículo do sistema de ensino Aprende Brasil para a Rede Municipal de São José do Ouro, traçando um paralelo entre a proposta municipal para o ensino de História e aquela oferecida pelo sistema privado de ensino Aprende Brasil.

Estes objetivos se originaram a partir de três eixos de análise: a expansão do neoliberalismo e suas condicionantes para a área da educação; a atuação do Grupo Positivo no Brasil; as Políticas públicas para a educação. Esses eixos, inicialmente foram abordados em sua singularidade e posteriormente, foram compondo a teia de relações que propiciaram o entendimento do tema da pesquisa: O Sistema de Ensino Aprende Brasil, o currículo e o ensino de História da Rede Municipal de Ensino de São José do Ouro, em 2021.

A pesquisa foi realizada a partir da análise de fontes materiais escritas, sendo necessário um árduo trabalho de localização das mesmas, principalmente os documentos escolares. Após a localização das mesmas foi necessário a leitura e organização de acordo com o período e a temática analisada, para somente depois analisa-las e cruzar os dados a fim de compreender o contexto e o significado da implementação do Sistema de Ensino Aprende Brasil em São José do Ouro.

Escolhi partir do contexto de expansão do neoliberalismo pelo mundo e sua entrada no Brasil, por entender que as principais mudanças na área da educação iniciam nesse período, principalmente no que diz respeito ao empresariamento da educação, ou seja, a entrada de grupos privados de ensino nas escolas públicas, que ocorreu no Brasil a partir da década de 1980. No município de São José do Ouro, observamos que esse processo ocorreu no ano de 2021, no entanto, foi um movimento gestado a partir da emancipação político- administrativa

do município, em 1959- 1960, em que aos poucos o município vai se alinhando às políticas públicas nacionais para a área da educação.

Um passo importante para o alinhamento às políticas públicas nacionais para a educação foi a criação do Conselho Municipal de Educação, em 1992 e do Sistema Municipal de Ensino, em 1999, que contribuíram para uma maior responsabilização dos municípios em relação a oferta e qualidade da educação. Esta preocupação com os problemas vivenciados pela educação, como a evasão escolar, o desinteresse dos alunos e os baixos índices em avaliações externas foram no decorrer tempo se tornando a motivação para a adesão da Rede Municipal de Ensino ao Sistema de Ensino Aprende Brasil, com a promessa de melhoria destes indicadores.

Além disso, a cobrança por parte dos órgãos fiscalizadores, através principalmente do repasse de recursos financeiros necessários à educação básica foram decisivos para a adoção do sistema privado de ensino, considerado pelos gestores, alguns professores e famílias dos alunos como sinônimo de avanço e progresso na área da educação, contribuindo com a ideia de que a escola pública é atrasada e não consegue dar conta das mazelas vivenciadas (que não são criadas por ela, mas, pela própria sociedade), enquanto o sistema privado de ensino é visto como sinônimo de qualidade.

Por isso, o contexto neoliberal em que cada vez mais o Estado vai se desvinculando de suas obrigações sociais abre as portas para a entrada dos grupos privados na área da educação, chegando aos municípios através da ideia de municipalização do ensino, em que os municípios vão sendo incumbidos de gerir a educação básica, aumentando os índices da educação e com isso elevando os indicadores do país.

Inicialmente as empresas ingressam no ensino universitário, nas editoras de materiais didáticos e posteriormente no Ensino Fundamental, Médio e Educação Infantil do sistema privado. Num passo ainda maior, as empresas adentram as equipes de elaboração de políticas públicas e posteriormente chegam às escolas públicas, através de convênios firmados com as prefeituras de muitos municípios brasileiros, como é o caso do Grupo Positivo, detentor do Sistema de Ensino Aprende Brasil, que é a versão do sistema para escolas públicas.

Assim, as políticas públicas nacionais para a área da educação passam a ser elaboradas a partir de 1980 com uma forte tendência neoliberal, ligadas a elevação do país a uma categoria aproximada dos países desenvolvidos, através de políticas públicas eficientes e eficazes, o que só seria alcançado quando entregues nas mãos da iniciativa privada. Assim, elaboradas com a interferência de diversas empresas, acabam por favorecer a entrada dos grupos privados nas escolas públicas.

Entendemos que o município de São José do Ouro sempre buscou encontrar um sentido para a educação, num contexto em que o Estado não estava preocupado com essa demanda e que existia a carência de recursos, tanto materiais como humanos, principalmente até 1980. Após esse período, com a redemocratização do país e a entrada das ideias neoliberais, após a

crise de 1972, o Estado, além de recorrer à iniciativa privada para cumprir uma série de demandas, acaba repassando aos municípios maior responsabilidade sobre a oferta e qualidade da educação.

Aos poucos, a proposta para a educação municipal em São José do Ouro acaba se vinculando às diretrizes nacionais para a educação, principalmente após a criação do Sistema Municipal de Ensino. Exemplo disso é a atual adoção da BNCC, e através das exigências para o cumprimento da mesma, ocorre a adoção do Sistema de Ensino Aprende Brasil.

Esse sistema oferece uma proposta de ensino padronizada, que prioriza os conteúdos universais, deixando de vincular-los à realidade do aluno e a uma história das minorias. As consequências desse modelo são sentidas atualmente por todas as escolas públicas, através da perda de controle sobre o que se ensina e o que se aprende, diminuição da função democrática da escola que acabam sendo desacreditadas frente ao ensino privado que oferece a promessa de melhoria de resultados, que está sendo o foco da educação, além de trazer para as escolas os ideais empresariais, de competição, eficiência e eficácia.

Além disso, observamos que as escolas da Rede Municipal de Ensino abandonaram suas propostas pedagógicas em 2021, para seguir o currículo e a proposta vendida pelo Aprende Brasil ao município, o que não é de surpreender, tendo em vista que, após a análise das propostas pedagógicas das três escolas incluídas na pesquisa que atendem as séries finais do Ensino Fundamental, observamos que as mesmas foram se adaptando às políticas públicas existentes, buscando atualizar-se e principalmente se adaptar as novas exigências, sendo que os problemas vivenciados pelos gestores, professores e alunos permaneceram os mesmos no decorrer do tempo, mostrando que, somente a adaptação às políticas públicas não é o suficiente na garantia de uma educação de qualidade.

Para que uma educação seja de qualidade, torna-se necessário transformar cada vez mais a escola em um espaço democrático e participativo, além de investimentos reais por parte do Estado e liberdade orçamentária para as escolas. Prejudica essa ideia o fato das escolas públicas municipais de São José do Ouro terem abandonado suas propostas pedagógicas em detrimento de uma proposta que não leva em conta a realidade dos alunos e professores do município, suas potencialidades e fragilidades.

Assim, entendemos que o Sistema de Ensino Aprende Brasil não se encontra realmente comprometido com uma educação de qualidade, como enfatiza em seus discursos pré-venda, mas se constitui numa empresa que tornou a educação um meio de obtenção de lucro, no contexto em que as empresas privadas vem ganhando cada vez mais espaço nos setores públicos. Ao mesmo tempo, para o município de São José do Ouro, se tornou uma opção para tentar melhorar ou solucionar os problemas que as propostas pedagógicas vinham apontando e que não são exclusividade da Rede Municipal de Ensino, mas de toda rede pública de ensino, problemas criados pela própria falta de comprometimento e de investimento do Estado na educação.

Dessa forma, torna-se cada vez mais difícil aqueles que tentam ser resistência frente ao “carro do progresso”, que com um discurso sedutor e modernizante encanta a quem os ouve, não permitindo tempo e espaço para uma reflexão mais aprofundada acaba fazendo com que professores e alunos acabem se adaptando ao que lhes é imposto, sem questionar. Essa acomodação faz com que aos poucos a escola vá perdendo seu potencial emancipador, acarretando a perda de sentido e a formação de sujeitos cada vez mais adaptados ao sistema capitalista.

Fontes e referências

ÁGUA SANTA. **Prefeitura Municipal de Água Santa**. Disponível em: <https://www.aguasantars.com.br/> > Acesso em 25 de maio de 2022.

BARRACÃO. **Prefeitura Municipal de Barracão**. Disponível em: <http://www.barracao.rs.gov.br/> > Acesso em 25 de maio de 2022.

DOMINGUES, Analeia. **Inserção do grupo positivo de ensino no sistema educacional público**: a educação sob o controle do empresariado. Florianópolis, 2017.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação- Nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão popular, 2018.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1984.

IBIACA. **Prefeitura Municipal de Ibiaca**. Disponível em: <https://www.ibiaca.rs.gov.br/> > Acesso em 25 de maio de 2022.

IBIRAIARAS. **Prefeitura Municipal de Ibiraiaras**. Disponível em: <https://www.ibiraiaras.rs.gov.br/> > Acesso em 25 de maio de 2022.

LAGOA VERMELHA. **Prefeitura Municipal de Lagoa Vermelha**. Disponível em: <https://lagoavermelha.atende.net/> > Acesso em 25 de maio de 2022.

MACHADINHO. **Prefeitura Municipal de Machadinho**. Disponível em: <https://machadinho.rs.gov.br/> > Acesso em 25 de maio de 2022.

MAXIMILIANO DE ALMEIDA. **Prefeitura Municipal de Maximiliano de Almeida**. Disponível em: <https://www.maximilianodealmeida.rs.gov.br/> > Acesso em 25 de maio de 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/INEP**. Disponível em: <http://censobasico.inep.gov.br/censobasico/#/> Acesso em 18 de maio de 2022.

MOTTA, Carlos Eduardo de Souza. **Indústria Cultural e o sistema apostilado**: a lógica do capitalismo. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 54, agosto/2001.

PAIM FILHO. **Prefeitura Municipal de Paim Filho**. Disponível em: <https://paimfilho.rs.gov.br/> > Acesso em 25 de maio de 2022.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Manfron, 2019.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Manfron, 2020.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Municipal de Ensino Fundamental Florentina Lottici, 2019.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Municipal de Ensino Fundamental Florentina Lottici, 2020.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Municipal de Ensino Fundamental Luciano Antônio Dondé, 2019.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Municipal de Ensino Fundamental Luciano Antônio Dondé, 2020.

SANANDUVA. **Prefeitura Municipal de Sananduva**. Disponível em: <<https://www.sananduva.rs.gov.br/>> Acesso em 25 de maio de 2022.

SANTA CECÍLIA DO SUL. **Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Sul**. Disponível em: <<https://www.santaceciliadosul.rs.gov.br/>> Acesso em 25 de maio de 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Parecer técnico pedagógico nº 01/2021. Justifica a contratação do Sistema de Ensino Aprende Brasil.

SÃO JOÃO DA URTIGA. **Prefeitura Municipal de São João da Urtiga**. Disponível em: <<https://saojoaodaurtiga.rs.gov.br/>> Acesso em 25 de maio de 2022.

SÃO JOSÉ DO OURO. **Prefeitura Municipal de São José do Ouro**. Disponível em: <<http://www.saojosedoouro.rs.gov.br/> <https://www.caciquedoble.rs.gov.br/>> Acesso em 25 de maio de 2022.

TAPEJARA. **Prefeitura Municipal de Tapejara**. Disponível em: <<https://www.tapejara.rs.gov.br/>> Acesso em 25 de maio de 2022.

VILA LÂNGARO. **Prefeitura Municipal de Vila Lângaro**. Disponível em: <<https://www.vilalangaro.rs.gov.br/>> Acesso em 25 de maio de 2022.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis**. São Paulo: Ideias & Letras, 2006.

SISTEMA DE ENSINO APRENDE BRASIL. Descritivo do Sistema de Ensino Aprende Brasil. Disponível em: <<http://construtor.aprendebrasil.com.br/ui/113230001/2806199/1291146103187.pdf>> Acesso em 15 de janeiro de 2022.

SÃO JOSÉ DO OURO IMPLEMENTA NOVO SISTEMA EDUCACIONAL. Disponível em: <<https://radiopoata.com.br/sao-jose-do-ouro-implementa-novo-sistema-educacional/>> Acesso em 20 de abril de 2022.